



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP 38.970 — ESTADO DE MINAS GERAIS

L E I N° 032/93

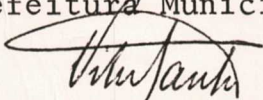
Dispõe sobre a utilidade público da Associação Comunitária do Distrito de São Jerônimo' dos Poções do Município de Campos Altos-MG., e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Campos Altos-MG., aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública municipal a Associação Comunitária do Distrito de São Jerônimo dos Poções no Município de Campos Altos-MG., inscrita no CGC sob o nº 26032433/0001-12.

Artigo 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei ' entrará em vigor na data de sua publicação.

-Prefeitura Municipal de Campos Altos-MG., 09...de...de 1993.


VITOR VIEIRA DOS SANTOS

-Prefeito Municipal-



Câmara Municipal de Campos Altos

SALA DE SESSÕES - "JAIR CORRÊA DA SILVA"

RUA JOÃO SOARES DE SOUZA, 416 - FONE: (037) 426-1287 - CEP 38.970 - CAMPOS ALTOS - MG

Projeto de Lei nº 32 /93

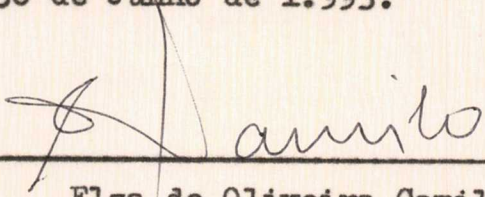
Dispõe sobre a utilidade pública da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO DISTRITO DE SÃO JERÔNIMO DOS POÇÕES ' do Município de Campos Altos-MG., e dá outras providências.

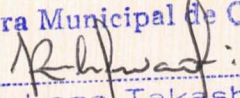
A Câmara dos Vereadores de Campos Altos, usando das atribuições que lhes confere o Artigo 30 I da Constituição Federal e Art. 45 da Lei Orgânica Municipal, decretam:

Artigo 1º- Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO DISTRITO DE SÃO JERÔNIMO DOS POÇÕES no Município de Campos Altos-MG., inscrita no C.G.C sob o nº 26032433/0001-12.

Artigo 2º- Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "Jairo Corrêa da Silva",
30 de Junho de 1.993.

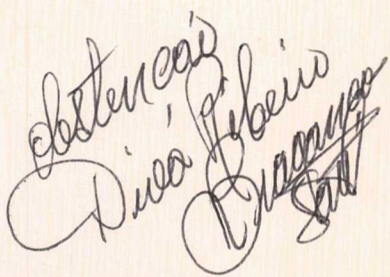

Elza de Oliveira Camilo
-Vereadora-


Câmara Municipal de Campos Altos

Rubens Takashi Iwano
Presidente

Aprovado em 08/10/93

Projeto Lei N.º 32/93


Jairo Corrêa da Silva
Presidente

Ata da 1ª reunião da Associação Comunitária do distrito de São Jerônimo das Loças, município de Campos Alto - M.G.

Do 1º (primeiro) dia do mês de agosto de 1.989 (hum mil no-
centos e oitenta e nove) às vinte horas, no distrito de São -
Jerônimo das Loças, município de Campos Alto, comarca de Itabira,
neste estado de Minas Gerais, reuniram-se o sr. José Ribeiro
da Silva, vice prefeito da cidade de Campos^{Alto}; o sr. Edmar
Miguel Ribeiro, técnico agrícola e professor da cidade de Cam-
pos Alto, e os moradores da localidade para deliberarem
sobre os seguintes assuntos. 1º Aberta a sessão no horário aci-
ma mencionado foi explicado pelo vice prefeito a necessi-
dade de se organizar uma Associação Comunitária no distrito
de São Jerônimo para que o distrito tenha uma represen-
tatividade mais efetiva, e possa solicitar com mais possi-
bilidade de sucesso suas reivindicações. Foi esclarecido
que em entendimento com a vice governadora Jeneia
Maize, e também com o Dr. Bernardo Rubinger, depu-
tado estadual majoritário a necessidade de se criar
com a máxima urgência a Associação para que
as mesmas possam solicitar junto aos órgãos competentes
a liberação de recursos necessários. Foi lido pelo sr. Edmar
Miguel Ribeiro, o estatuto da Associação a ser criada, e
explicou detalhadamente as obrigações, direitos, e deveres
da futura Coordenação, da formação do Conselho
Fiscal, das atribuições de cada membro da coordena-
ção, e esclareceu ainda que nenhum membro da coor-
denação, em nenhuma hipótese poderá ser remunerado,
e sim que tenha a sincera intenção de prestar com-
pleta assistência à comunidade. Sendo que a pala-
vor, respondeu o vice prefeito, diversas perguntas a
respeito do referido assunto inclusive os aspectos jurídicos
e os trâmites legais para o registro da mesma.

1º Assinatura

Com a palavra os moradores locais foram esolvidos os
sr Luiz Gomes Nogueira (1º Coordenador) e o sr Rui
Augusto Nogueira (2º Coordenador). Com a palavra o sr
Luiz Gomes Nogueira, escolheu a sr Vicentina de Sálvia
Soares, para exercer o cargo de primeira secretária
e escolheu também os sr Miguel Cruz Lara, e Krischima
Soares de Sálvia para constituírem a 1ª diretoria
provisória com mandato previsto até o final deste
exercício de 1.989. Estabelecendo que a diretoria
provisória ficou constituída da seguinte forma:

- 1º Coordenador - Luiz Gomes Nogueira
- 2º Coordenador - Miguel Cruz Lara
- Secretária: Vicentina de Sálvia Soares.
- 1º Tesoureiro, Rui Augusto Nogueira
- 2º Tesoureiro Krischima Soares de Sálvia
- Conselho fiscal - 1º Agapito Ferreira Soares.
- 2º Luiz Rodrigues Soares.
- 3º Jader Alves de Andrade.

Nada mais tendo a tratar foi feita a presen
te ata, que lida e aceita por todos presentes
e sinal de concordância, foi por mim assinada
Miguel Ribeiro, secretário ad-oc, escrita.

Sds Jeosimino das Póças 01/08/1.989

Eduar Miguel Ribeiro
Luiz Gomes Nogueira
Vicentina de Sálvia Soares
Jader Alves de Andrade
Rui Augusto Nogueira
Miguel Cruz Lara
Krischima Soares de Sálvia
Luiz Rodrigues Soares
Wilson José Rodrigues
Adilson de F. Pereira Soares

[Assinatura]

Luís Pádua Lora
João Júlio Lora
Midas Fox Soares
Benita Maria Rodrigues
Maria Auxiliadora Alves de Andrade
Leide Perpétua Alves de Andradães
Vicente de Paula Lora
Lilientina Aparecida dos Reis Rodrigues
Higapito Ferreira Soares
Vicente Antônio
Baudilio Rodrigo Soares
Benedito Petenec Neto
Fernando Aparecido de Sousa
Fernaldo Rodrigues Ribeiro
Lemilda Maria Rodrigues
Pêla Maria Teixeira
Antônio Carlos Teixeira
José Roberto
Cleonice Maria Soares
Garrison Mario Rodrigues
Maria Elena de Oliveira Rodrigues
Eliana Auxiliadora Lopes Nunes
Mário Silvestre Nunes
~~Jose JARCO OLIVEIRA DA SILVA~~
~~Santa Cruz da Silva~~

Jose Ferreira de Almeida
José Julio da Silva
Maria Lucia da Silva
Maria Helena de Freitas Oliveira
Sônia Cardoso Silva
Vicente Lora da Silva
João Alvaro de Almeida

19/10/2012

Maria Elena dos Reis Nogueira
Gladyston Regis Nogueira
~~Landra Lucia Barto~~
Josi Juvenal Nogueira
~~José Nogueira~~

Francis Nogueira Barto
Neusa Maria

Maria Aparecida Moraes
Eader Moisés Barto.

José de Fatima Moraes
Casimil Ferreira Barto.

Juvenal José Nogueira

Helena das graças de Souza
Aguida Costa Nogueira
Jairo Batista Nogueira
Marta Helena Warena Nogueira
Benedito Ribeiro

~~Emy Costa~~

Neenja Nogueira Lara

Neusa Maria Nogueira

Flávia Regina Nogueira

Brunella Salomê Soares

Indiera Costa Nogueira

Maria Aparecida Rodna

Anahesa Costa Nogueira

Mário do bonfício Andrade

Anderson Costa Nogueira

Sabrina dos Santos Lara

Maria Luiza Alves

Geane Carla Lara

Elton Marcos Lara

Marlos Sebastião Lara

Marilia Aparecida Lara

~~Ly Nogueira~~

arina dos Santos Lara
 re Antonio Pereira
 ngra Pereira da Cruz
 larmir de Souza
 de Santissimo
 zeth da Concolação Nogueira
 ror Lúcia Simão
 ntonio Quinto Ribeiro
 lmar dos Santos Almeida
 José Aparecido Inácio
 mili Maria
 Maria Doroteia Braga
 aine Luiz de Almeida
 Maria de Sordis da Silva
 Maria Jandira da Silva
 Maria Beatriz da Silva
 Maria Souza Ribeiro
 Sebastião Salvador Gonçalves
 Sando azar Gonçalves
 Kichina Soares Faria
 isor Soares de Faria
 Maria da Conceição Faria

Ata da Reunião Ordinária realizada no distrito
 de São Jerônimo das Loas.

Aos 14 (dias quatorze) do mês de Janeiro de 1990
 (um mil novecentos e noventa), às 18:00 (dezoito) horas reuniram-se
 membros efetivos da Associação Comunitária do distrito de São Jerônimo
 das Loas e o povo do distrito; além de diversas pessoas
 visitantes de cidades vizinhas. Antes da referida reunião houve
 uma missa costumeira do 2º domingo do mês; logo após
 uma procissão em louvor a São Sebastião e à seguir, houve
 um leilão de prendas e ofertas, ainda em louvor ao Santo.

L. G. Aguiar



MINISTÉRIO DA ECONOMIA,
FAZENDA E PLANEJAMENTO
SECRETARIA DA FAZENDA NACIONAL
DEPARTAMENTO DA RECEITA FEDERAL

VÁLIDO ATÉ

30/06/92

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

26032433/0001-12

ATIVIDADE PRINCIPAL

61.11

CPE DO RESPONSÁVEL

435788296-68

NATUREZA JURÍDICA

16 - ASSOCIAÇÃO

ÓRGÃO DA RF

64400 (0610504) - SÃO GOTARDO

FIRMA OU RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SÃO JERÔNIMO DOS POÇOS

NOME DE FANTASIA

LOGRADOURO

RUA JOAO SOARES SOUZA

NÚMERO

284

COMPLEMENTO

CEP

38970

BAIRRO/DISTRITO

CENTRO

MUNICÍPIO

CAMPOS ALTOS

UF

MG

M9007

C E R T I D ã O =

NAIR ROCHA SANT'ANA, Oficial do cartorio de registro de Titulos, Documentos Protestos e Pessoa Juridica da Comarca de Ibiá, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc.,

C E R T I F I C A a pedido de pessoa interessada que revendo os livros de registros, deles verifiquei constar no A II das Pessoas Juridicas, sob o numero de ordem 42 (quarenta e dois), folhas 02/-04V, constar o registro dos Estatutos da Associação Comunitaria de São Jeronimo dos Poções, do Municipio de Campos Altos, Estado de Minas Gerais, feito 10 de novembro de 1.989. CERTIFICO mais que o referido registro continúa em pleno vigor, não tendo sido cancelado até esta data. O referido é verdade e dou fé.

Ibiá, 1º de julho de 1.993

Nair Rocha Sant'Ana
Nair Rocha Sant'Ana- oficial





ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SÃO

JERÔNIMO DOS POÇUES, DISTRITO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS AL

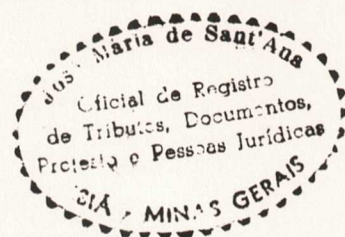
TOS MINAS GERAIS.

SÃO JERÔNIMO DOS POÇUES, AGOSTO DE 1.989.

Luiz Faria, Reguier - Presidente
CPF = 435.788.296/68

irs/emr

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SÃO JERÔNIMO DAS POÇÕES
DISTRITO DE CAMPOS ALTOS MG.



C A P Í T U L O I

Da Denominação;

Da Séde;

Dos fins;

Da duração;

Dos Associados;

Art. 1º Rege-se por este estatuto, a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, denominada "Associação Comunitária de São Jerônimo das Poções".

Art. 2º A séde social localiza-se no distrito do mesmo nome, pertencente ao Município de Campos Altos (MG) com Comarca em Ibiá (MG).

Art. 3º A Associação têm por finalidade promover a união e coordenar a ação de quantos queiram participar no trabalho e desenvolvimento do distrito de São Jerônimo das Poções, mediante o levantamento e discussão de problemas, procurar soluções de problemas e encaminhamento de soluções e divulgação dessas atividades.

Art. 4º O prazo de duração da Associação é indeterminado.

Art. 5º Podem ser associados os indivíduos maiores, de ambos os sexos, de qualquer raça, cor, nacionalidade ou crença.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Art. 6º O ingresso na associação dar-se-a por indicação de um associado e mediante a adesão do indicado aos presentes estatutos, que se considerará formalizada pelo pagamento mensal de uma taxa de contribuição.

PARÁGRAFO ÚNICO: Formalizada a adesão, a Coordenadoria inscreverá o nome do associado no livro a que se refere o art. 28, VII.



Art. 7º É ilimitado o número de associados;

Art. 8º São deveres dos associados:

- I) Observar o disposto neste estatuto;
- II) Acatar as decisões dos órgãos da Associação;
- III) Prestar algum tipo de Serviços à Associação, quando requisitado para o bem da comunidade do distrito.

Art. 9º São direitos dos associados:

- I) Comparecer às assembleias gerais, participando das discussões, e da votação da matéria em pauta;
- II) Votar e ser votado para os cargos dos órgãos da Associação, nas condições do Art. 39;
- III) representar contra qualquer associado ou órgão social que causem moral, dano moral, ou patrimonial à Associação.

Art. 10º Serão excluídos da Associação, ou terão suspensos os seus direitos, a critério e por decisão de Assembleia geral os associados que deixarem de cumprir seus deveres.

C A P Í T U L O I I

DOS ÓRGÃOS SOCIAIS:

Art. 11º São Órgãos Sociais:

- I) a Assembleia Geral Ordinária;
- II) a Assembleia Geral Extraordinária;
- III) o Conselho Fiscal.

S E C Ã O I

DISPOSIÇÕES GERAIS ÀS ASSEMBLÉIAS GERAIS:

12º A Assembleia Geral é a reunião dos associados convocados instalada de acordo com este ESTATUTO.

PARÁGRAFO ÚNICO: As assembleias gerais ordinárias poderão comparecer para esclarecer e debater assuntos de interesse da Associação, pessoas por esta convidada, seja através da própria Assembleia, seja através da Coordenadoria e cuja presença se justifique em razão de um conhecimento especializado em área técnica, política ou outra.

Art. 13º As deliberações das Assembléias gerais serão tomadas pelo voto da maioria absoluta dos presentes, não se computando os votos em branco.

Art. 14º Sem prejuízo do disposto nos artigos 18 a 21, a Coordenação deve dar a maior publicidade possível à convocação das Assembléias gerais, utilizando-se dos melhores meios para obter a Ciência e o comparecimento de maior número possível de associados.

Art. 15º Considerar-se-a regular, independentemente das formalidades previstas neste Estatuto, a Assembléia geral que se instalar com a presença de, no mínimo, metade dos Associados.

Art. 16º As Assembléias Gerais serão dirigidas por quem, dentre os presentes for indicado, e secretariados pelo Secretário ou quem for por ele designado.

S E C Ç Ã O II

DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIAS:

Art. 17º As Assembléias gerais ordinárias realizar-se-ão mensalmente, independentemente de qualquer formalidade de convocação, pelo menos 01 (uma) vez de 60 (sessenta) em 60 (sessenta) dias.

Art. 18º As Assembléias gerais ordinárias instalam-se com a presença de no mínimo 1/5 dos Associados. (um quinto).

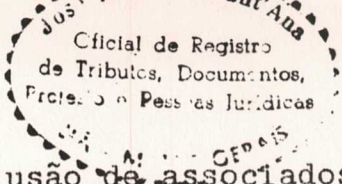
PARÁGRAFO ÚNICO: Não se instalando na hora marcada, por falta de quorum, instalar-se-ão com qualquer número, 15 (quinze) minutos após, salvo decisão em contrário da maioria dos presentes.

Art. 19º Compete às Assembléias Gerais Ordinárias:

I) discutir e deliberar soberanamente sobre qualquer assunto de interesse social, exceto o que for da competência das Assembléias gerais Extraordinárias;

II) discutir e deliberar sobre dúvidas na inscrição de novos associados;

III) discutir e deliberar sobre qualquer iniciativa ou atividade que for levada em nome da Associação inclusive correspondência, publicação, comparecimento em reuniões e solenidades, manifestos e representações extraordinárias;



IV) discutir e deliberar sobre a exclusão de associados e a suspensão de seus direitos;

V) Instalar comissões, atribuindo-lhes competência específica;

VIº) Convocar, se entender necessário, a Assembleia Geral Extraordinária;

VIIº Discutir e deliberar sobre as contas administrativas da coordenadoria.

SEÇÃO III

DAS ASSEMBLÉIAS EXTRAORDINÁRIAS:

Art. 20º As Assembleias Gerais Extraordinárias realizar-se-ão por convocação da coordenadoria, mediante a afixação, com antecedência de 10 dias, no mínimo, do edital de convocação em 05 (cinco) locais pelo menos de maior aglomeração de moradores do distrito de São Jerônimo das Poções, conteúdo local, dia hora e pauta da reunião.

Art. 21º Tem direito de votar nas assembleias gerais extraordinárias somente os associados inscritos há mais de dois (02) meses na Associação e que tenham participado de 75% (setenta e cinco por cento), pelo menos, das Assembleias gerais realizadas neste período.

Art. 22º As assembleias gerais extraordinárias instalam-se com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos associados com direito a voto (art. 22).

PARÁGRAFO ÚNICO: Não se instalando na hora marcada, por falta de quorum, instalar-se-ão com qualquer número, na mesma hora e dia seguinte que os presentes designarem.

Art. 23º Compete às Assembleias Gerais Extraordinárias, exclusivamente e privativamente:

I) alterar este estatuto, inclusive as disposições referentes a administração social;

II) Eleger e destituir os membros da coordenadoria;

III) Eleger e destituir os membros do Conselho Municipal;

IV) Discutir e deliberar sobre assunto de relevância para a vida da Associação, sobre o qual a Assembléia geral ordinária considerou não ter havido consenso.

SEÇÃO IV

Da Coordenadoria

Art. 25 A administração da Associação compete à coordenadoria, que será composta de cinco (05) associados, assim designados: 1º e 2º coordenador, Secretário e 1º e 2º Tesoureiro.

Parágrafo Único: O prazo de gestão da coordenadoria é de Um (01) ano permitida a recondução por vez consecutiva ao posto de Coordenador, Secretário e Tesoureiro, uma vez que nenhum dos postos da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SÃO JERÔNIMO DOS POÇOS, distrito do Município de CAMPOS ALTOS(MG), recebe "SALÁRIO OU VANTAGENS", DIGO "NÃO RECEBE SALÁRIO OU VANTAGENS" e sim presta serviço à COMUNIDADE daquele distrito.

Art. 26 No caso de vacância, ausência de impedimento, observar-se-ão as seguintes normas:

I) Se de 1º Coordenador, substituí-lo o 2º Coordenador,

II) Se do Secretário, substituí-lo-à o 2º Secretário,

III) Se do Tesoureiro, substituí-lo-à o Secretário,

IV) Se da maioria, ou de todos os membros da coordenadoria, aqueles que forem designados pela Assembléia Geral ordinária.

Art. 27 A coordenadoria reunir-se-à mensalmente, antes das Assembléias Gerais ordinárias, sempre que convocada pelo coordenador ou pela maioria dos seus membros, e suas deliberações serão tomadas pelo voto da maioria deles.

Art. 28 Compete à Coordenadoria:

I) Cumprir e fazer cumprir este ESTATUTO e as deliberações das Assembléias Gerais,

II) Empreender todos os meios necessários à realizações dos fins da Associação,

III) Discutir e deliberar sobre todas as questões atinentes à administração Social,

IV) Trabalhar para a ampliação de quadro de associados,

V) Promover o espírito associativo dos moradores da vila, incentivando suas manifestações e apoiando a formação e organizando grupos com objetivos semelhante ou afins,

VI) Manter atualizado o livro de inscrição de Associados e o controle nas Assembléias,

VIII) Manter em ordem e atualizado o artigo de correspondência, de editais de convocações das assembléias gerais extraordinárias das atas das assembléias gerais; das divulgações e de todos os demais documentos de interesse para a Associação.

IX) Manter os Associados amplamente informados sobre as atividades administrativas, projetos e iniciativas em estudo ou em execução,

X) Levar às Assembléias gerais todas as propostas, estudos e intenções sobre o assunto de interesses da Associação.

Parágrafo Único: Respeitado o disposto nos artigos seguintes os membros da coordenadoria dividirão entre si as tarefas da administração.

Art. 29, Compete ao Coordenador:

I) Representar a Associação, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele,

II) Executar ou fazer executar as decisões da Coordenadoria,

III) Coordenar as atividades administrativas e superintender o seu desempenho,

IV) Assinar, juntamente com o tesoureiro, todas as documentos que criam obrigações para a Associação.

Art. 30 Compete ao Secretário:

I) Ter sob guarda o controle:

a: O livro de inscrição dos Associados,

b: O livro de controle de presença dos Associados nas Assembléias,

c: O livro de Atas das Assembléias Gerais,

II) Executar os serviços de arquivo e correspondência da Associação.

Art. 31 Compete ao Tesoureiro:

I) Executar a administração Financeira, tendo sob controle e atualizado o registro das despesas e receitas, documentos, livros e papéis da contabilidade,

II) Desincumbir-se de todas as obrigações Fiscais e trabalhistas,

III) Assinar, juntamente, com o coordenador, todos os documentos que criam obrigações para a Associação,

IV) Organizar formas de arrecadação de fundos.

Art. 32 Compete ao 2º Coordenador e ao 2º Tesoureiro:

I) Auxiliar a Coordenadoria durante as suas reuniões e nos diversos trabalhos da mesma,

II) Substituir respectivamente e nas suas ausências o 1º / Coordenador e o 1º Tesoureiro.

SEÇÃO V DO CONSELHO FISCAL

Art. 33 O Conselho Fiscal é composto de Três (03) associados com prazo de gestão e condições de recondução iguais ao Coordenador e demais cargos.

Art. 34 No caso de vacância, ausência ou impedimento dos Conselheiros, substituí-los-ão aqueles que forem designados pela Assembleia Geral ordinária.

Art. 35 O Conselho Fiscal reunir-se-á sempre que convocados por um de seus membros e suas decisões serão tomadas pelo voto da maioria de seus membros.

I) Zelar pelo cumprimento deste ESTATUTO, tomando as providências preventivas e sancionadas que julgar necessários junto à Coordenadoria ou Assembleia Geral,

II) Presidir o Processo Eleitoral em todas as suas fases,

III) Procurar os associados ausentes há mais de três (03) Assembleias consecutivas a fim de possível, fazê-los retornar à vida associativa.

CAPÍTULO III DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 36 A escolha dos membros da Coordenadoria e do Conselho Fis

cal será feita mediante eleição direta e secreta, em Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim.

PARÁGRAFO ÚNICO: A escolha será feita de acordo com que preceitua o artigo 37 e os membros serão empossados obedecendo o critério do artigo " 25" § Único.

Art. 37 O processo Eleitoral iniciar-se-á no 1º dia de agosto de cada ano, devendo encerrar-se dentro do mesmo mês, compreendendo as seguintes fases:

- I) Registro das chapas,
- II) Votação,
- III) Apuração,
- IV) Proclamação dos eleitos.

Art. 38 O registro das chapas deverá se fazer dentre de dez(10) primeiros dias do mês de agosto, mediante requerimento que contém:

I) O nome, endereço, e assinatura dos candidatos à coordenação e ao conselho Fiscal,

II) Nome, endereço, assinatura dos requerentes, em número correspondente, no mínimo de 3/10 dos associados.

Art. 39 Recebido o requerimento, o conselho Fiscal verificará se está de acordo com o art. 38 e se os requerentes candidatos preenchem as condições de eleitos e elegíveis, respectivamente:

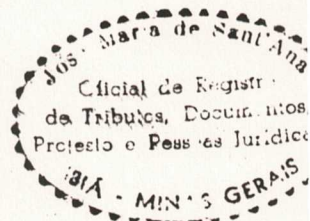
§ 1º São considerados eleitores, os associados inscritos há mais de dois meses na Associação e que tenham participado de 75% pelo menos das Assembléias Gerais realizadas nesse período.

§ 2º São considerados elegíveis, os associados inscritos a quatro meses na Associação e que tenham participado de 75% e pelo menos, das Assembléias Gerais realizadas nesse período.

§ 3º A coordenação ou coordenação fornecera ao conselho Fiscal, todos os elementos necessários à averiguação dessas condições, assim como tornará as medidas solicitadas pelo Conselho Fiscal para o transcurso normal de processos Eleitoral.

Art. 40 A votação, a apuração dos votos e a proclamação dos eleitos realizar-se-ão em Assembléia Geral Extraordinária, com observância das seguintes normas:

- I) Assegurar-se-ão o sigilo e a pessoalidade de voto, assim



como a inviolabilidade das urnas,

II) O votante se identificará de modo a permitir a verificação de sua condição de associado eleitor (Art. 39 § 1º).,

III) A apuração realizar-se-á imediata e ininterruptamente após o término da votação, sob a fiscalização dos candidatos, assegurada a exatidão dos resultados,

IV) Apurados os votos, o Conselho Fiscal proclamará os eleitos.

Art. 41 Considerar-se-ão eleitos os Candidatos cuja chapa obtiver a maioria de votos, excluídos os votos em branco e nulos.

Art. 42 Na primeira Assembléia Geral Ordinária que se seguir / àquela a que se refere o art. 41, a coordenadoria, após prestar as contas da sua administração, empossará os eleitos em seus cargos, transferindo-lhes a posse e a administração dos bens sociais.

PARÁGRAFO ÚNICO: A pedido da Coordenadoria empossada, a substituída poderá acompanhá-la nas tarefas de administração, no sentido de lhe transferir sua experiência e conhecimentos.

CAPÍTULO IV

DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 43 O exercício Social terá duração de um (01) ano, encerrando-se na data da Assembléia Geral Ordinária a que se refere o art. 42.

Art. 44 Aprovadas as contas da coordenadoria, seus membros ficam a salvo de qualquer responsabilidade por atos em nome da Associação, salvo erro, dolo ou fraude.

PARÁGRAFO ÚNICO: Se não forem aprovadas as contas, deve a coordenadoria elita promover contra os responsáveis as medidas cabíveis para obter a prestação ou o ressarcimento, conforme o caso.

CAPÍTULO V

DO PATRIMÔNIO

Art. 45 O patrimônio da Associação é constituído de qualquer / direito que tenha por objeto qualquer bem, adquirida a qualquer / título e respectivos frutos, acessórios e produtos.

17/09/2012
de Tributos, Documentos,
Professores e Pessoas Jurídicas
IBIA - MIN. S. GERAIS

Art. 46 A Associação não distribuirá qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas receitas e rendas, seja a título de remuneração dos membros de seus órgãos, seja a título de participação em resultados aplicando integralmente os seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos.

CAPÍTULO VI
DA DISSOLUÇÃO

Art. 47 Dissolve-se a Associação somente por deliberação da ASSEMBLÉIA GERAL Extraordinária, à qual compareçam 2/3 (Dois Terços) dos Associados e deliberem por voto de Dois Terços (2/3) dos presentes.

Art. 48 Compete à Assembléia que decidir a dissolução da Associação:

- I) Determinar as normas de processos de liquidação,
- II) Determinar a entidade à qual será vertido o patrimônio remanescente, a qual deverá ter por objeto atividade semelhantes ou afins sem objeto de lucros,.

Art. 49 Terminada a liquidação será convocada a Assembléia Geral Extraordinária para:

- I) Julgar as contas dos liquidantes, fixando as medidas de correntes,
- II) Declarar extinta a Associação.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 50 Os membros da coordenação ou coordenadoria e os Conselho Fiscal nomeados neste ato exercerão as suas respectivas funções até o final do corrente ano, segundo as normas deste ESTATUTO, quando então procederá à eleição de seus substitutos.

Art. 51 As reuniões das Assembléias Gerais, até indicação em contrário da coordenadoria, se realizarão.

Art. 52 A coordenadoria promoverá a mais ampla difusão deste ESTATUTO entre os Associados, procurando torná-lo conhecido e compreendido.

§ ÚNICO: A Associação Terá um **Presidente** e Secretário de fundação da mesma.

SÃO JERÔNIMO DOS POÇOS, distrito do MUNICÍPIO DE
CAMPOS ALTOS(MG), em 01 de agosto de 1.989.

Leiz Gomes Croguira
1º Coordenador da Associação.

Miguel Cruz Sarva
2º Coordenador da Associação.

Vicentina de Látima Soares
SECRETÁRIO DA ASSOCIAÇÃO.

Paulo Augusto Nogueira
1º Tesoureiro da Associação.

x Knichina Soares Faria
2º Tesoureiro da Associação.

JOSE RIBEIRO DA SILVA - Dr.
PRESIDENTE DE FUNDAÇÃO DA ASSO-
CIAÇÃO COMUNITÁRIA.

EDMAR MIGUEL RIBEIRO
SECRETÁRIO DE FUNDAÇÃO DA ASSO-
CIAÇÃO COMUNITÁRIA.
EDMAR MIGUEL RIBEIRO - Profº

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

Apresentado hoje. Apontado no Protocolo sob número
de ordem 3647 Registrado no livro

A nº II sob número de ordem = 42

fls. 02/04V
lbiá, 10 de novembro de 1989

Jose Maurício
Oficial

